

DIREITO CIVIL

1. Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (Decreto-Lei no 4.657/42):

- (A) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.
 - (B) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.
 - (C) nos Estados, a obrigatoriedade da lei federal inicia-se três meses depois de oficialmente publicada, salvo disposição contrária.
 - (D) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
-

A: incorreta, pois a equidade não está prevista no art. 4º da LIDB, tratando-se de critério que só pode ser utilizado quando a analogia, os costumes e os princípios de direito, nessa ordem, não forem suficientes para resolver o vazio legal; B: incorreta, pois o termo *a quo* desse prazo não é a *promulgação* da lei, e sim a *publicação* da lei (art. 1º, *caput*, da LIDB); C: incorreta, pois nos Estados estrangeiros é que a obrigatoriedade da lei se inicia três meses depois de oficialmente publicada (art. 1º, § 1º, da LIDB); D: correta (art. 2º, § 2º, da LIDB). Gabarito "D"

2. Assinale a alternativa correta:

- (A) os pressupostos para que ocorra a desconsideração da personalidade jurídica são: existência da pessoa jurídica, podendo se tratar de sociedade de fato; exaurimento do seu patrimônio social; abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
 - (B) a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional, diante da autonomia patrimonial de que goza a pessoa jurídica.
 - (C) a desconsideração da personalidade jurídica não se aplica no Direito de Família.
 - (D) o Ministério Público intervindo no processo como “custos legis” não possui legitimidade para requerer ao juiz que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
-

A: incorreta, pois, havendo sociedade de fato, os sócios já respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais (art. 990 do CC), sendo desnecessária a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade; ademais, de acordo com o Enunciado 281 do CJF, “a aplicação da teoria da desconsideração, descrita no art. 50 do Código Civil, prescinde da demonstração de insolvência da pessoa jurídica”, de modo que é desnecessário ter certeza de que se exauriu todo o patrimônio social; B: correta, pois a regra é não poder ser feita a desconsideração da personalidade jurídica, para que os sócios respondam pelas obrigações da pessoa jurídica, tratando-se tal desconsideração medida excepcional, que depende, para ser aplicada, do preenchimento dos requisitos do art. 50 do CC; C: incorreta, pois o instituto se aplica com frequência no Direito de Família, mormente na modalidade da *desconsideração inversa da personalidade*, admitida pela doutrina e pela jurisprudência; nessa desconsideração, como o próprio nome diz, desconsidera-se a pessoa natural do sócio ou administrador de uma pessoa jurídica, para o fim de atingir o patrimônio da própria pessoa jurídica da qual faz parte o primeiro; um exemplo pode aclarar o instituto; imagine que alguém que deseja se separar de seu cônjuge sem ter de repartir bens que está em seu nome, passe

tais bens para uma pessoa jurídica da qual é sócio, ficando esvaziado patrimonialmente, enquanto pessoa natural; nesse caso, a desconsideração inversa atua para o fim de, na separação judicial, o juiz desconsiderar a autonomia da pessoa natural em relação à pessoa jurídica, determinando que os bens que pertencem à pessoa jurídica sejam partilhados com o cônjuge prejudicado, como se fossem bens pertencentes à pessoa natural do cônjuge que perpetrou a fraude à lei; nesse sentido, o Enunciado 283 JDC/CJF defende que “é cabível a desconsideração da personalidade denominada inversa para alcançar bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo de terceiros”; D: incorreta, pois, segundo o art. 50 do CC, o MP pode requerer a desconsideração da personalidade sempre que lhe couber intervir no processo, a exemplo do que ocorre quando é *custos legis*. Gabarito "B"

3. O negócio jurídico depende da regular manifestação de vontade do agente envolvido. Nesse sentido, o art. 138 do Código Civil dispõe que “são anuláveis os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio”. Relativamente aos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
- (B) O falso motivo, por sua gravidade, viciará a declaração de vontade em todas as situações e, por consequência, gerará a anulação do negócio jurídico.
- (C) O erro de cálculo gera a anulação do negócio jurídico, uma vez que restou viciada a declaração de vontade nele baseada.
- (D) O erro é substancial quando concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, ainda que tenha influído nesta de modo superficial.

A: correta (art. 144 do CC); B: incorreta, pois o falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante (art. 140 do CC); C: incorreta, pois o erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade (art. 143 do CC); D: incorreta, pois o erro substancial, nesse caso, deve influir na vontade de modo relevante (art. 139, II, do CC), e não de modo superficial. GABARITO “A”

4. É correto afirmar que

- (A) a prescrição e a decadência admitem renúncia.
- (B) a renúncia ao prazo prescricional pode ser tácita ou expressa e deve ser feita por quem dela colher proveito.
- (C) a decadência convencional deve ser conhecida de ofício pelo juiz, para o fim de estabilização dos negócios.
- (D) os prazos prescricionais admitem dilatação ou diminuição conforme o interesse das partes.

A: incorreta, pois a decadência legal não pode ser objeto de renúncia (art. 210 do CC); B: correta (art. 191 do CC); C: incorreta, pois o juiz só pode conhecer de ofício a decadência legal (art. 210 do CC); D: incorreta (art. 192 do CC). Gabarito "B"

5. Para exigir a pena convencional por descumprimento de obrigação, não é necessário que o credor alegue prejuízo:

- (A) por isto é sempre considerada como indenização máxima, sendo inválida a

- cláusula prevendo ressarcimento suplementar;
- (B) porém se o prejuízo exceder ao previsto na cláusula penal sempre o credor poderá exigir indenização suplementar;
- (C) mas o Juiz deverá reduzi-la se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio;
- (D) mas não pode exceder a 2% (dois por cento) do valor da obrigação.
-

A e B: art. 416, parágrafo único, do CC; C: art. 413 do CC; D: art. 412 do CC. Gabarito "C"

6. Assinale a alternativa correta:

- (A) o princípio da autonomia privada, segundo o qual o sujeito de direito pode contratar com liberdade, está limitado à ordem pública e à função social do contrato.
- (B) a exigência da boa-fé se limita ao período que vai da conclusão até a execução do contrato.
- (C) segundo o entendimento sumular, a cláusula contratual limitativa de dias de internação hospitalar é perfeitamente admissível quando comprovado que o contratante do seguro saúde estava ciente do seu teor.
- (D) a função social justifica o descumprimento do contrato, com fundamento exclusivo na debilidade financeira.
-

A: correta, valendo ler o disposto no art. 421 do CC; B: incorreta, pois a boa-fé deve ser respeitada também nas *tratativas*, que é anterior à conclusão (celebração) do contrato, na *extinção*, que é posterior à execução do contrato, e na *pós-extinção* do contrato; é exemplo de respeito à boa-fé na fase de *tratativas* não esconder fato relevante sobre o objeto contratual; é exemplo de respeito à boa-fé na fase de *extinção* não deixar resíduos contratuais; e é exemplo de respeito à boa-fé na fase de *pós-extinção* do contrato não revelar a terceiros segredos da outra parte contratual; C: incorreta, pois, nos termos da Súmula 302 do STJ, “é abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado”; D: incorreta, pois o princípio da função social, no plano interno do contratual, impõe trocas úteis e justas para as partes, e, no plano externo, impõe respeito aos valores coletivos, como o meio ambiente, não podendo ser usado como fundamento para que umas das partes do contrato, com problemas financeiros, deixe de cumprir suas obrigações contratuais. Gabarito "A"

7. No campo da responsabilidade civil e de acordo com o Código Civil em vigor, são hipóteses de responsabilidade, independentemente de culpa, por ato de terceiro, exceto:

- (A) O empregador, pelos atos de seus empregados, desde que no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.
- (B) Os curador, pelos curatelados, ainda que sem sua companhia.
- (C) Os pais, pelos filhos menores, desde que sob sua autoridade e em sua companhia.
- (D) Os donos de hotéis, pelos seus hóspedes.
-

Art. 932 do CC. Gabarito "B"

8. Assinale a alternativa correta:

- (A) É subjetiva, por culpa presumida, a responsabilidade dos pais pelos atos praticados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- (B) O direito de exigir a reparação civil somente se transmite com a herança quando se

tratar de dano patrimonial.

(C) A desproporção entre a gravidade da culpa e o dano pode ser critério hábil a intervir na fixação do quantum indenizatório.

(D) A culpa leve não gera dever de indenizar, ao passo que a culpa gravíssima enseja responsabilidade objetiva do agente causador do dano.

A: a responsabilidade dos pais, no caso, é objetiva (art. 933 do CC); B: art. 943 do CC; C: art. 944, parágrafo único, do CC; vide também o Enunciado CJF 46; D: a culpa leve gera o dever de indenizar, mas pode interferir no *quantum* indenizatório (art. 944, parágrafo único, do CC); a culpa gravíssima, uma vez configurada, já impõe a responsabilidade civil. Gabarito "C"

DIREITOS HUMANOS

9. Em 2010, o Congresso Nacional aprovou por Decreto Legislativo a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa convenção já foi aprovada na forma do artigo 5º, § 3º, da Constituição, sendo sua hierarquia normativa de

(A) emenda constitucional.

(B) status supralegal.

(C) lei complementar.

(D) lei federal ordinária.

A, B, C e D: no Brasil, os tratados só terão validade interna após terem sido aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados e promulgados pelo Presidente da República. Lembrando que a promulgação é efetuada mediante decreto presidencial. Depois de internalizado, o tratado é equiparado hierarquicamente à norma infraconstitucional. Todavia, com a edição da Emenda Constitucional n. 45, os tratados de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais – consoante determina o artigo 5º, §3º, da CF. Ou seja, tais tratados terão hierarquia constitucional. GABARITO “A”

10. Considerando a evolução histórica, os marcos jurídicos fundamentais e a estrutura normativa dos Direitos Humanos, pode-se afirmar que

(A) a globalização dos direitos humanos forçou os Estados a escolherem entre um sistema global e um regional de proteção a esses direitos, uma vez que ambos sistemas não podiam coexistir.

(B) os indivíduos passaram a ser sujeitos de direito internacional, mas, por razões de soberania, ainda dependem dos Estados para acionar os mecanismos de proteção dos direitos humanos.

(C) a Declaração Universal dos Direitos Humanos introduziu internacionalmente a concepção contemporânea desses direitos.

(D) a vítima de uma lesão dos direitos humanos deverá acionar em sua proteção, nessa ordem, o sistema jurídico nacional, depois o regional e, por último, o global, em razão da hierarquia da estrutura normativa de proteção.

A: incorreta. Muito pelo contrário, pois o sistema regional de proteção junta-se ao global para formar o sistema internacional de proteção dos direitos humanos. Percebe-se que em determinadas situações ocorrerá uma sobreposição de normas (oriundas do sistema internacional e do regional), todavia, isto não se reflete em problema, pois o que

se busca é a substancial proteção dos direitos humanos. Destarte, o sistema que estiver melhor organizado para bem proteger o indivíduo naquele caso será o aplicado, ou seja, os sistemas não competem, mas sim se completam. Isto quer dizer que, em se tratando de interpretação e de aplicação das regras protetivas de direitos humanos, deve-se ter por fundamento o princípio da primazia da norma mais favorável à vítima. Tal princípio determina a busca da maior efetividade possível na proteção dos direitos humanos; B: incorreta. Na atualidade, já existem inúmeros exemplos de mecanismo de proteção que podem ser acionados mediante petição direta de indivíduos. Por exemplo, o Protocolo, adotado em 16 de dezembro de 1966, criou o sistema das *petições individuais* para melhorar o controle sobre a aplicação, pelos estados partes, das disposições do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. O sistema de petições individuais também está previsto na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, no Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, na Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, no Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e na Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias. Depois desses exemplos retirados do sistema global de proteção de direitos humanos, tanto do geral como do específico, cabe apontar alguns do sistema regional de proteção de direitos humanos. Cite-se a Convenção Americana de Direitos Humanos, a qual prevê a competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para receber petições individuais, e também a Convenção Europeia de Direitos Humanos, que, após o Protocolo 11, tornou a Corte Europeia de Direitos Humanos competente para receber petições individuais; C: correta. A Carta das Nações Unidas é o exemplo mais emblemático do processo de internacionalização dos direitos humanos ocorridos no pós-guerra. Aliás, é importante lembrar que este processo recente de internacionalização dos direitos humanos é fruto da ressaca moral da humanidade ocasionada pelo excesso de violações de direitos humanos perpetradas pelo nazifascismo. O problema identificado na Carta das Nações Unidas é que ela não definia o conteúdo dos direitos humanos. Assim, em 1948, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos com a função de bem definir o conteúdo dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Resolução n. 217 A (III) da Assembleia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948, por 48 votos a zero e oito abstenções. E em conjunto com os dois Pactos Internacionais, sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, constituem a “Carta Internacional de Direitos Humanos”. A Declaração é fruto de um consenso sobre valores de cunho universal a serem seguidos pelos estados. E também do reconhecimento do indivíduo como sujeito direto do direito internacional. É importante esclarecer que a Declaração é um exemplo de *soft law*, isto porque ela não prevê mecanismos constritivos para a implementação dos direitos previstos. Por outro lado, quando o documento legal prevê mecanismos constritivos para a implementação dos seus direitos, estaremos diante de um exemplo de *hard law*. Revisitando o direito a ter direitos de Hannah Arendt, segundo a Declaração, a condição de pessoa humana é requisito único e exclusivo para ser titular de direitos. Com isso corrobora-se o caráter universal dos direitos humanos, isto é, todo indivíduo é cidadão do mundo e, desta forma, detentor de direitos que salvaguardam sua dignidade. No seu bojo encontram-se direitos civis e políticos (arts. 3º a 21) e direitos econômicos, sociais e culturais (arts. 22 a 28); D: incorreta. O indivíduo lesionado deve primeiramente acionar a ordem nacional de proteção de direitos humanos, isso em virtude do caráter complementar e subsidiário dos sistemas internacionais, ou seja, deve-se em primeiro

lugar esgotar todos os recursos internos disponíveis. Mas, essa condição pode ser afastada quando o indivíduo for privado de seu direito de ação pela jurisdição doméstica, ou lhe forem ceifadas as garantias do devido processo legal ou, ainda, se os processos internos forem excessivamente demorados. Por outro lado, como visto no comentário à assertiva “A”, não existe hierarquia entre o sistema global e o regional de proteção de direitos humanos, isso porque os sistemas se completam. Lembrando que, em se tratando de interpretação e de aplicação das regras protetivas de direitos humanos, deve-se ter por fundamento o princípio da primazia da norma mais favorável à vítima. Gabarito “C”

11. Com relação aos chamados “direitos econômicos, sociais e culturais”, é correto afirmar que

(A) formam, juntamente com os direitos civis e políticos, um conjunto indivisível de direitos fundamentais, entre os quais não há qualquer relação hierárquica.

(B) são previstos, no âmbito do sistema interamericano, no texto original da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

(C) incluem o direito à participação no processo eleitoral, à educação, à alimentação e à previdência social.

(D) são direitos humanos de segunda geração, o que significa que não são juridicamente exigíveis, diferentemente do que ocorre com os direitos civis e políticos.

A: correta. Todos os direitos humanos se retroalimentam e se complementam, assim infrutífero buscar a proteção de apenas uma parcela deles. Veja-se o exemplo do direito à vida, núcleo dos direitos humanos. Este compreende o direito do ser humano não ter sua vida ceifada (atuação estatal negativa), como também o direito de ter acesso aos meios necessários para conseguir a sua subsistência e uma vida digna (atuação estatal positiva). Percebe-se a interação dos direitos pessoais com os direitos sociais, econômicos e culturais para garantir a substancial implementação do direito à vida. Ademais, o princípio da complementaridade solidária dos direitos humanos de qualquer espécie foi proclamado solenemente pela Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993. Importante transcrever trecho da Declaração de Viena que bem sintetiza as características dos direitos humanos de um modo geral: “Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais”; B: correta. Isto porque foi o protocolo adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos (Protocolo de San Salvador) que definiu o conteúdo dos direitos econômicos, sociais e culturais no âmbito do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. Entretanto, os direitos econômicos, sociais e culturais já estavam previstos no art. 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos ou Pacto de San José da Costa Rica. Portanto, ou seja, resta claro que os direitos econômicos, sociais e culturais estão previstos (mas não definidos) no texto original da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). Percebe-se que a redação da assertiva “b” refere-se simplesmente à previsão dos direitos econômicos, sociais e culturais, destarte nós consideramos esta assertiva como correta também. O gabarito oficial indicou somente a assertiva “a” como correta; C: incorreta. O direito à participação no processo eleitoral é um exemplo típico de direito político e não econômico, social e cultural. Os direitos políticos encontram-se

disciplinados no art. 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; D: incorreta. Todos os direitos humanos são juridicamente exigíveis, pois, conforme dito na assertiva “a”, são indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Importante lembrar que os direitos humanos de segunda geração referem-se aos direitos econômicos, sociais e culturais. A titularidade destes direitos é atribuída à coletividade, destarte, conhecido são como direitos coletivos. O seu fundamento é a ideia de igualdade. O grande motivador do aparecimento destes direitos foi o movimento antiliberal, notadamente após a Primeira Guerra Mundial. A URSS teve papel central neste movimento, pois defendia a perspectiva social dos direitos humanos. E tal linha foi consagrada no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. GABARITO “A”

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

12. A incompetência do juízo, tal como prevista no CPC, pode assumir duas feições, de acordo com a natureza do vício e ainda com as consequências advindas de tal reconhecimento. O Código trata, então, da incompetência absoluta e da relativa. A respeito dessas modalidades de incompetência, assinale a afirmativa correta.

- (A) A incompetência relativa pode ser alegada a qualquer tempo.
- (B) A incompetência relativa sempre pode ser conhecida de ofício pelo juiz.
- (C) A incompetência absoluta gera a nulidade de todos os atos praticados no processo até seu reconhecimento.
- (D) A incompetência absoluta é alegada como preliminar da contestação ou por petição nos autos.

A questão trata das distinções entre competência e absoluta, previstas nos arts. 112 a 114 do CPC. A: se a exceção de incompetência relativa não for apresentada em 15 dias, há a preclusão (denominada pelo CPC de prorrogação da competência); B: em regra o reconhecimento da exceção depende de provocação da parte (exceção: nulidade da cláusula de eleição de foro - art. 112, p. único, do CPC); C: declarada a incompetência, somente os atos decisórios serão nulos (art. 113, § 2º, do CPC); D: a incompetência absoluta deve ser alegada em preliminar de contestação (art. 301, II, do CPC). Mas, pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição (art. 113, *caput*, do CPC), o que é feito por simples petição. Gabarito "D"

13. Marcelo, fiador de seu primo André em contrato de locação de imóvel, foi citado para responder ação de cobrança de aluguéis devidos ao locador e verificou que o primo não está no polo passivo da demanda. Nessa situação hipotética, para fazer que o locatário integre a lide, Marcelo poderá valer-se de

- (A) denúncia da lide.
- (B) chamamento ao processo.
- (C) nomeação à autoria.
- (D) oposição.

Quando não há necessidade de se provar que o terceiro deve, utiliza-se o chamamento (Art. 77, I, do CPC). Gabarito "B"

14. O rito comum sumário tem suas hipóteses de incidência expressamente disciplinadas no sistema processual civil pátrio. Tal rito apresenta trâmite mais célere que o observado pelo rito comum ordinário, e, exatamente por isso, as causas que o

observam têm menor complexidade se comparadas às que tramitam pelo rito comum ordinário. Acerca do rito comum sumário, é correto afirmar que

- (A) no rito comum sumário, não é admissível a ação declaratória incidental. Da mesma forma não se admitem nesse rito, em nenhuma hipótese, quaisquer das espécies de intervenção de terceiros.
 - (B) podem observar o rito comum sumário causas cujo valor corresponda a trezentos vezes o valor do salário mínimo e que versem acerca da cobrança ao condômino de quantias devidas ao condomínio.
 - (C) ações que seguem o rito comum sumário são dúlices, razão pela qual pode o réu valer-se da reconvenção para formular pedidos contra o autor em seu favor.
 - (D) no rito comum sumário, têm as partes que comparecer pessoalmente à audiência de conciliação, jamais podendo se fazer representar por preposto com poderes para transigir.
-

A: incorreto, pois no rito sumário as intervenções de terceiro são admitidas excepcionalmente, a exemplo da assistência, do recurso de terceiro prejudicado e da intervenção fundada em contrato de seguro (art. 280 do CPC); B: correto, visto que as causas enumeradas no inciso II do art. 275 do CPC, *independentemente de seu montante*, submetem-se ao rito sumário (art. 275, II, “b”, do CPC); C: incorreto, já que o réu pode formular pedido contraposto na própria contestação. Logo, o ajuizamento de reconvenção se afigura desnecessário e incompatível com o rito sumário (art. 278, §1º, do CPC); D: incorreto (art. 277, §3º, do CPC). GABARITO “B”

15. No âmbito do Direito Processual Civil, os legitimados ativos que proponham ação e interponham recursos poderão desistir deles, desde que respeitados os seguintes termos:

- (A) o recorrente poderá desistir do recurso interposto a qualquer tempo, desde que não se trate de litisconsórcio e que a parte contrária, uma vez intimada, manifeste expressamente sua anuência.
 - (B) a desistência da ação, que produz efeitos somente depois de homologada por sentença, implica extinção do processo com resolução do mérito. Caso tenha transcorrido o prazo para resposta do réu, o pedido de desistência estará sujeito ao seu consentimento.
 - (C) na intervenção de terceiros, a assistência obsta a que a parte principal desista da ação, que somente poderá ocorrer com a anuência expressa do assistente. Nesse caso, a desistência independe de homologação por sentença.
 - (D) o credor poderá desistir de toda execução ou apenas de algumas medidas executivas, desde que suporte as custas e honorários advocatícios decorrentes da extinção dos embargos que versarem somente sobre questões processuais e, nos demais casos, quando houver anuência do embargante.
-

A: incorreto, pois o pedido de desistência apresentado pelo *recorrente* não depende do consentimento da parte contrária ou dos demais litisconsortes (art. 501 do CPC); B: incorreto. A desistência da ação implica extinção do processo sem resolução de mérito, nos moldes estabelecidos pelo art. 267, VIII, do CPC; C: incorreto. A assistência não impede que o assistido desista da ação (art. 53 do CPC); D: correto (art. 569, parágrafo único, do CPC). GABARITO “D”

16. Júlia ingressou com ação de indenização por danos morais e materiais em face da Gráfica Bela Escrita, bem como do Ateliê Alta-Costura, sob a alegação de que o seu casamento não pôde ser realizado tendo em vista que a Gráfica escreveu o endereço

errado do local da cerimônia em todos os convites confeccionados, e o Ateliê, por sua vez, não entregou o vestido de noiva no dia do casamento. Tendo sido ambos os réus regularmente citados, o Ateliê Alta-Costura apresentou contestação tempestiva, em que afirmou se isentar de responsabilidade, uma vez que o vestido de noiva já estava praticamente pronto, quando, na véspera da cerimônia, a noiva subitamente decidiu solicitar inúmeras alterações no modelo da roupa, o que inviabilizou a sua tempestiva entrega. A Gráfica Bela Escrita, por seu turno, não se manifestou nos autos. A respeito da situação descrita, é correto afirmar que a contestação apresentada pelo Ateliê Alta-Costura

- (A) aproveita à Gráfica Bela Escrita, não se operando o efeito material da revelia contra este réu, desde que o Ateliê Alta-Costura, uma vez intimado, manifeste expressa concordância.
 - (B) não aproveita à Gráfica Bela Escrita, operando-se o efeito material da revelia contra este réu.
 - (C) automaticamente aproveita à Gráfica Bela Escrita, não se operando o efeito material da revelia contra este réu.
 - (D) reabre automaticamente o prazo para a apresentação de contestação pela Gráfica Bela Escrita, operando-se o efeito material da revelia somente se este réu, mesmo assim, permanecer inerte.
-

B: correta. Com efeito, verifica-se a formação de um litisconsórcio passivo, inicial, facultativo e simples ou não unitário. *Passivo* porque há a aglomeração de dois ou mais réus no polo passivo da lide; *inicial*, pois a autora ajuizou a demanda em face de dois réus; *facultativo*, tendo em vista que os pedidos formulados em face de cada um dos demandados poderiam ser apresentados em demandas distintas; *simples ou não unitário*, a considerar que a lide pode ser decidida de modo diferente para cada um dos réus. No exemplo dado, a defesa apresentada pelo Ateliê Alta Costura (não entrega do vestido em função das novas exigências feitas pela noiva na véspera do casamento) não pode ser utilizada pela Gráfica Bela Escrita, já que o próprio substrato fático é diferente em cada um dos casos. Em outras linhas, o que tem a ver a não entrega do vestido da noiva em razão com a não entrega dos convites de casamento em função de o local da cerimônia estar incorretamente descrito? Sendo assim, não se aplica a regra do art. 320, I, do CPC – disposição esta que deve incidir nas hipóteses de litisconsórcio unitário – devendo operar-se o efeito da revelia consistente na presunção de veracidade dos fatos alegados pela autora. GABARITO “B”

17. O interesse de agir é

- (A) Faculdade da ação.
 - (B) Elemento da ação.
 - (C) Condição da ação.
 - (D) Pretensão.
-

Art. 267, VI, do CPC. Gabarito "C"

18. Em uma ação fundada na responsabilidade civil por suposto erro médico praticado por Cláudio, este foi regularmente citado e, no prazo legal, ofereceu contestação. Em razão do seu falecimento, no curso da lide, foi determinada a suspensão do processo e a habilitação de seus herdeiros ou sucessores no polo passivo. Sendo certo que tal irregularidade não foi sanada no prazo fixado pelo juízo, é correto afirmar, em relação ao processo, que

- (A) deve prosseguir, com a declaração da revelia, cuja consequência ficará restrita à

- fluência de prazos independentemente de intimação.
- (B) deve ser julgado extinto, sem resolução do mérito, por falta de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular.
- (C) deve ser julgado extinto, sem resolução do mérito, por falta de uma das condições da ação.
- (D) deve ter regular prosseguimento, com a declaração da revelia e a consequente presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial.
-

A: correto. O caso reclama a decretação da revelia e não a extinção do processo sem resolução de mérito, justo por se tratar de *irregularidade de representação* da parte ré em juízo (art. 13, *caput* e inciso II, do CPC). Como o réu já apresentara defesa, aplica-se-lhe tão somente o efeito processual da revelia, *in casu*, a desnecessidade de intimação do revel para os demais atos do processo (art. 322, *caput*, do CPC). Se o médico demandado não houvesse oferecido contestação, aí sim haveria cogitar-se de incidência do efeito material da revelia (presunção de veracidade dos fatos articulados pelo demandante na exordial), a teor do que dispõe o art. 319 do CPC. GABARITO “A”

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

19. Washington, adolescente com 14 (quatorze) anos, movido pelo desejo de ajudar seus genitores no sustento do núcleo familiar pobre, pretende iniciar atividade laborativa como ensacador de compras na pequena mercearia Tudo Tem, que funciona 24h, localizada em sua comunidade. Recentemente, esta foi pacificada pelas Forças de Segurança Nacional. Tendo como substrato a tutela do Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Como a comunidade onde reside Washington foi pacificada pelas forças de paz, não há falar em local perigoso ou insalubre para o menor; assim, poderá o adolescente exercer a carga horária laborativa no período das 22h às 24h, sem qualquer restrição legal, desde que procure outra atividade laborativa que seja de formação técnico-profissional.
- (B) Na condição de aprendiz, não é necessário que o adolescente goze de horário especial compatível com a garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.
- (C) Washington poderá ser contratado como ensacador de compras, mesmo não sendo tal atividade de aprendizagem, pois, como já possui 14 (quatorze) anos, tem discernimento suficiente para firmar o contrato de trabalho e, assim, prestar auxílio material aos seus pais, adotando a louvável atitude de preferir o trabalho às ruas.
- (D) Washington não poderá trabalhar na mercearia como ensacador de compras, pois tal atividade não é enquadrada como de formação técnico-profissional; portanto, não se pode afirmar que o menor exercerá atividade laborativa na condição de aprendiz.
-

A: alternativa incorreta. Como conta com 14 anos, a Washington somente é permitido exercer atividade laborativa na condição de aprendiz - art. 7º, XXXIII, da CF. O trabalho *noturno, perigoso* ou *insalubre* é reservado somente àqueles que já contam com 18 anos. Pouco importa se o local onde será exercida a atividade laborativa está situado em região onde as forças de segurança atuaram e lograram pacificá-la. Importa, sim, é que o adolescente exerça sua atividade técnico-profissional em horário adequado,

não seja exposto, no exercício de sua atividade, a perigo nem a trabalho insalubre. Vide art. 428 da CLT; B: a assertiva – incorreta – está em desconformidade com o que prescreve o art. 63, I e III, do ECA; C: não se tratando de atividade de aprendizagem, Washington, que conta com 14 anos, não poderá, por força do que dispõe o art. 7º, XXXIII, da CF, ser contratado como ensacador de compras. Ainda que a sua iniciativa seja louvável, o comando constitucional tem como propósito evitar que o adolescente deixe o estudo de forma prematura para lançar-se no mercado de trabalho; D: alternativa correta. A atividade de aprendizagem deve promover uma formação técnico-profissional, o que não é o caso do ensacador de compras. GABARITO “D”

20. Pelo que anuncia o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente em suas disposições preliminares, esta lei

- (A) declara que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes são limitáveis somente pelo justo exercício do poder familiar ou por ordem judicial fundamentada.
 - (B) destina-se a oferecer cuidado e proteção aos menores em situação irregular.
 - (C) considera criança pessoa de zero a quatorze anos incompletos.
 - (D) aplica-se, em alguns casos, a pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
-

A: Incorreta, pois os direitos fundamentais de crianças e adolescentes não são limitáveis; B: Incorreta, pois a lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, seja em relação aos menores em situação regular, seja quanto aos que estão em situação; C: Incorreta, pois criança é a pessoa de até doze anos de idade (art. 2º, caput, do ECA); D: Correta (art. 2º, p. único, do ECA). Gabarito "D"

DIREITO DO TRABALHO

21. Uma empresa põe anúncio em jornal oferecendo emprego para a função de vendedor, exigindo que o candidato tenha experiência anterior de 11 meses nessa função. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- (A) A exigência é ilegal, pois o máximo que o futuro empregador poderia exigir seriam 6 meses de experiência.
 - (B) A exigência é ilegal, pois o máximo que o futuro empregador poderia exigir seriam 3 meses de experiência.
 - (C) A exigência é legal, pois a experiência até 1 ano pode ser exigida do candidato a qualquer emprego, estando inserida no poder diretivo do futuro empregador.
 - (D) A exigência não traduz discriminação no emprego, de modo que poderia ser exigido qualquer período de experiência anterior.
-

O art. 442-A, inserido na CLT com o advento da Lei 11.644/2008, impôs ao empregador um limite temporal para contratação de empregados, que não poderá exigir, no ato da contratação, mais de 6 (seis) meses de prática do candidato para a atividade, ou seja, não poderá o empregador exigir dos pretensos empregados, período de experiência superior a 6 (seis) meses para aquela determinada função. Gabarito “A”

22. O contrato de trabalho por prazo determinado, em nenhuma hipótese, poderá ser estipulado por prazo superior a

- (A) 120 (cento e vinte) dias.
- (B) 180 (cento e oitenta) dias.

(C) 2 (dois) anos.

(D) 3 (três) anos.

Art. 445 da CLT. Gabarito "C"

23. Para equiparação salarial, é necessário que

(A) os empregados comparados tenham a mesma função, pois todo trabalho deve ser igualmente remunerado de acordo com o princípio da isonomia consagrado constitucionalmente.

(B) haja identidade de funções, trabalho com a mesma produtividade e perfeição técnica, para o mesmo empregador, na mesma região metropolitana, com contemporaneidade na prestação de serviços na mesma função e a qualquer tempo, e quadro de carreira homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

(C) haja identidade de funções, trabalho de igual valor para o mesmo empregador, na mesma região metropolitana, sendo a prestação de serviços entre o empregado e o modelo contemporânea na mesma função, mas com diferença não superior a 2 anos, inexistindo quadro de carreira organizado.

(D) haja identidade de funções, trabalho de igual valor para o mesmo empregador, na mesma localidade, com contemporaneidade na prestação dos serviços na mesma função e a qualquer tempo, inexistindo quadro de carreira organizado.

A: Opção incorreta, pois a identidade de funções não é o único requisito para a equiparação salarial. Vide art. 461 CLT; B: Opção incorreta, pois trabalho de igual valor necessita que a diferença no tempo de serviço na mesma função não seja superior a 2 anos (súmula 6, II, TST). Ademais, é desnecessário que, ao tempo da reclamação trabalhista, ambos estejam trabalhando na mesma empresa, desde que o pedido se relacione com situação pretérita, a teor do item IV da súmula 6 do TST; C: Opção correta, pois reflete o disposto no art. 461 da CLT e súmula 6 do TST; D: Opção incorreta, pois o conceito de mesma localidade é entendido como a mesma região metropolitana e, ainda, deve haver diferença no tempo de serviço na mesma função não seja superior a 2 anos (súmula 6, II, TST). Gabarito "C"

24. Com relação ao contrato de aprendizagem, assinale a alternativa correta.

(A) A duração do trabalho do aprendiz não pode exceder de quatro horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação de jornada.

(B) Salvo condição mais favorável, ao menor aprendiz deve ser assegurado o salário mínimo hora.

(C) É um contrato especial de trabalho que pode ser ajustado de forma expressa ou tácita.

(D) É um contrato por prazo determinado cuja duração jamais poderá ser superior a dois anos.

A: opção incorreta, pois nos termos do art. 432 da CLT, a duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação de jornada. B: opção correta, pois reflete o disposto no art. 428, § 2º, da CLT. C: opção incorreta, pois nos termos do art. 428, *caput*, da CLT, o contrato de aprendizagem deve ser ajustado apenas de forma escrita, não se admitindo de forma tácita. D: opção incorreta, pois o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por prazo superior a 2 anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência, nos termos do art. 428, § 3º, da CLT. GABARITO "B"

25. Foi celebrada convenção coletiva que fixa jornada em sete horas diárias. Posteriormente, na mesma vigência dessa convenção, foi celebrado acordo coletivo prevendo redução da referida jornada em 30 minutos. Assim, os empregados das empresas que subscrevem o acordo coletivo e a convenção coletiva deverão trabalhar, por dia,

- (A) 8 horas, pois a CRFB prevê jornada de 8 horas por dia e 44 horas semanais, não podendo ser derogada por norma hierarquicamente inferior.
 - (B) 7 horas e 30 minutos, porque o acordo coletivo, por ser mais específico, prevalece sobre a convenção coletiva, sendo aplicada a redução de 30 minutos sobre a jornada de 8 horas por dia prevista na CRFB.
 - (C) 6 horas e 30 minutos, pela aplicação do princípio da prevalência da norma mais favorável ao trabalhador.
 - (D) 7 horas, pois as condições estabelecidas na convenção coletiva, por serem mais abrangentes, prevalecem sobre as estipuladas no acordo coletivo.
-

A: opção incorreta, pois o art. 7º, XIII, da CF, autoriza a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. Assim, uma vez fixado em acordo coletivo, jornada inferior ao mínimo legal, deverá ela ser obedecido este limite, nos termos do art. 58 da CLT. B: opção incorreta, pois a redução de 30 minutos deve ser calculada sobre a jornada fixada na convenção coletiva, ou seja, sete horas diárias, na medida em que a convenção ainda estava na vigência. Caso não estivesse na vigência da convenção coletiva, a redução de 30 min. seria calculada sobre a jornada de trabalho ordinária de 8 horas, na medida em que, nos termos da súmula 277, I, do TST, as condições de trabalho alcançadas por força de convenção coletiva vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho. C: opção correta, pois a opção está em consonância com o art. 620 da CLT. D: opção incorreta, pois contraria o princípio da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador, disposta no art. 620 da CLT. GABARITO “C”

26. Paulo, empregado da empresa Alegria Ltda., trabalha para a empresa Boa Sorte Ltda., em decorrência de contrato de prestação de serviços celebrado entre as respectivas empresas. As atribuições por ele exercidas inserem-se na atividade-meio da tomadora, a qual efetua o controle de sua jornada de trabalho e dirige a prestação pessoal dos serviços, emitindo ordens diretas ao trabalhador no desempenho de suas tarefas. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A terceirização é lícita, não acarretando a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora.
 - (B) A terceirização é ilícita, acarretando a nulidade do vínculo de emprego com a empresa prestadora e o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com a empresa tomadora.
 - (C) A terceirização é ilícita, acarretando a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora.
 - (D) A terceirização é lícita, acarretando a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora.
-

A: opção incorreta, pois a terceirização apresentada no caso é considerada ilícita. B: opção correta, pois embora realizada em atividade meio da empresa, estava presente na relação apresentada a existência de pessoalidade e a subordinação, reconhecendo, desta forma, a relação de emprego entre Paulo e a empresa tomadora de serviços Boa Sorte Ltda., nos termos da súmula 331, I e III, do TST. C: opção incorreta, pois na terceirização considerada ilícita a responsabilidade será solidária, com fundamento no

art. 942 do Código Civil, tendo em vista que a contratação por meio de empresa interposta é ilegal e não produz qualquer efeito, nos moldes do art. 9º da CLT. D: opção incorreta, pois a terceirização é considerada ilícita e não lícita e a responsabilidade será solidária e não subsidiária como induz a opção. GABARITO “B”

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

27. Com relação à competência material da Justiça do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) a Justiça do Trabalho é competente para julgar ação ajuizada por sindicato de categoria profissional em face de determinada empresa para que esta seja condenada a repassar-lhe as contribuições assistenciais descontadas dos salários dos empregados sindicalizados.
- (B) não compete à Justiça do Trabalho, mas à Justiça Federal, o julgamento de ação anulatória de auto de infração lavrado por auditor fiscal do trabalho.
- (C) de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente.
- (D) é da competência da Justiça do Trabalho o julgamento das ações ajuizadas em face da Previdência Social que versem sobre litígios ou medidas cautelares relativos a acidentes do trabalho.

A: Opção correta, pois reflete o disposto no art. 114, III, CF; B: Opção incorreta, pois a ação é de competência da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, VII, da CF e não da Justiça Federal que tem sua competência definida no art. 109 da CF; C: Opção incorreta, pois compete à Justiça estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente; D: Opção incorreta, pois a ação deverá ser proposta na Justiça comum estadual, nos termos do art. 109, I, CF. Gabarito “A”

28. Com relação às despesas processuais na Justiça do Trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) As entidades fiscalizadoras do exercício profissional, em face de sua natureza autárquica, são isentas do pagamento de custas.
- (B) As custas devem ser pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, estas devem ser pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.
- (C) O benefício da gratuidade de justiça não pode ser concedido de ofício pelo juiz, devendo ser necessariamente requerido pela parte interessada.
- (D) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da gratuidade de justiça.

A: Opção incorreta, pois as entidades fiscalizadoras do exercício profissional não são isentas do pagamento de custas, conforme disposto no art. 790-A, parágrafo único, da CLT; B: Opção correta, pois a assertiva reflete o disposto no art. 789, § 1º, da CLT; C: Opção incorreta, pois no processo do trabalho o benefício da justiça gratuita pode ser concedido de ofício pelo juiz, nos termos do art. 790, § 3º, da CLT; D: Opção incorreta, pois a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais, no caso de beneficiário da justiça gratuita, será da União, conforme entendimento consolidado na orientação jurisprudencial 387 da SDI-I do TST. Gabarito "B"

29. No que diz respeito à representação processual na Justiça do Trabalho, assinale a opção correta.

- (A) Em regra, é possível, nas reclamações trabalhistas, o empregador ser representado por preposto, mesmo que este não seja empregado do reclamado.
 - (B) O empregador de microempresa ou empresa de pequeno porte pode ser representado por terceiros, ainda que estes não façam parte do quadro societário ou do quadro de empregados dessas empresas.
 - (C) O advogado pode, no mesmo processo em que esteja na condição de patrono do empregador, ser também seu preposto.
 - (D) Se, por doença, o empregado não puder comparecer pessoalmente em juízo, poderá ser representado por outro empregado, cabendo a este transigir, confessar e desistir da ação se assim o desejar.
-

A: Opção incorreta, pois nos termos da súmula 377 do TST, em regra, o preposto deve ser empregado do reclamado; B: Opção correta, pois de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 123/06, bem como a súmula 377 do TST, admite que o micro ou pequeno empresário tenha como preposto qualquer terceiro, desde que tenha conhecimento dos fatos; C: Opção incorreta, pois o Código de Ética da OAB dispõe ser proibido ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador; D: Opção incorreta, pois a substituição objetiva, exclusivamente, o não arquivamento da reclamação. Gabarito "B"

30. No dia 23.05.2003, Paulo apresentou reclamação verbal perante o distribuidor do fórum trabalhista, o qual, após livre distribuição, o encaminhou para a 132ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Entretanto, Paulo mudou de ideia e não compareceu à secretaria da Vara para reduzi-la a termo. No dia 24.12.2003, Paulo retornou ao distribuidor da Justiça do Trabalho e, decidido, apresentou novamente a sua reclamação verbal, cuja livre distribuição o encaminhou para a 150ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Desta vez, o trabalhador se dirigiu à secretaria da Vara, reduziu a reclamação a termo e saiu de lá ciente de que a audiência inaugural seria no dia 01.02.2004. Contudo, ao chegar o dia da audiência, Paulo mudou de ideia mais uma vez e não compareceu, gerando o arquivamento dos autos. Diante desta situação concreta, é correto afirmar que:

- (A) Paulo não poderá ajuizar uma nova reclamação verbal, uma vez que a CLT proíbe o ajuizamento sucessivo de três reclamações desta modalidade.
 - (B) Paulo poderá ajuizar uma nova reclamação verbal, uma vez que somente a segunda foi reduzida a termo, gerando apenas um arquivamento dos autos por ausência do autor na audiência inaugural.
 - (C) Paulo não poderá ajuizar uma nova reclamação verbal, uma vez que deu ensejo à preempção prevista no CPC, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho.
 - (D) Paulo poderá ajuizar nova reclamação trabalhista, mas apenas na forma escrita e assistido obrigatoriamente por advogado.
-

A: Opção incorreta, pois não tendo o reclamante comparecido para reduzir a reclamação verbal a termo, o Juiz aplicará a preempção provisória, nos termos do art. 731 da CLT e não o seu arquivamento; B: Opção correta, pois Paulo poderá ajuizar nova reclamação. Somente em duas hipóteses a parte perde o direito de ingressar com nova reclamação. A primeira ocorre quando a parte não comparece à sede do juízo para reduzir a termo a reclamação verbal, hipótese analisada na Opção "A", art. 731 da CLT. A segunda delas,

que não se relaciona com a primeira, nos termos do art. 732 da CLT, consiste no duplo arquivamento seguido pelo não comparecimento do reclamante na audiência inaugural. Como no caso proposto Paulo deu causa à apenas um arquivamento por não comparecer à audiência, poderá ingressar com nova reclamação; C: Opção incorreta, pois a regra de preempção prevista no CPC não pode ser aplicada ao processo do trabalho, na medida em que existem regras próprias acerca da preempção, que vêm dispostas nos arts. 731 e 732 da CLT. Importante ressaltar que a regra de preempção do direito processual civil constitui em preempção definitiva, pois a parte que der causa a três arquivamentos - e não dois como no processo do trabalho - não poderá ingressar com nova ação. No processo do trabalho, nos termos dos arts. 731 e 732 da CLT, temos a preempção provisória que consiste na perda do direito de propor nova reclamação pelo lapso de 6 (seis) meses; D: Opção incorreta, pois não existe previsão legal nesse sentido. Gabarito "B"

31. Em audiência de conciliação, instrução e julgamento, o reclamado não respondeu ao pregão, mas compareceu o seu advogado, munido de procuração e dos atos constitutivos da empresa. Dada a palavra ao reclamante, seu advogado requereu que a empresa fosse considerada revel e confessa, pelo que o juiz indeferiu a juntada da defesa escrita que o advogado da parte reclamada pretendia apresentar. Assinale a alternativa correta, indicando como deve o advogado da parte reclamada proceder.

- (A) Deve conformar-se, pois, no processo do trabalho, a revelia tanto pode decorrer da ausência da parte ré quanto da falta de apresentação da defesa, estando ou não presente o advogado da parte ausente (ainda que munido de procuração) e sempre importa em confissão quanto a qualquer matéria, de fato ou de direito.
- (B) Deve conformar-se, pois, no processo do trabalho, a revelia decorre da ausência da parte ré, importando em confissão quanto a qualquer matéria, pelo que a presença do advogado da parte ausente, munido de procuração e defesa, é irrelevante.
- (C) Deve lançar em ata o protesto, alegando que, no processo do trabalho, a revelia decorre da falta de apresentação de defesa, pelo que a presença do advogado, munido de procuração, supre a ausência da parte.
- (D) Deve lançar em ata o protesto, alegando que, no processo do trabalho, a revelia decorre da ausência da parte ré, importando em confissão quanto à matéria de fato, pelo que o juiz deve receber a defesa apresentada pelo advogado da parte ausente, desde que munido de procuração, para o exame das questões de direito.

A: opção incorreta, pois prevalece na doutrina que a revelia nos domínios do processo do trabalho se dá com a ausência da reclamada à audiência inaugural, em conformidade com o art. 843 da CLT. B: opção incorreta, pois a revelia no processo do trabalho gera a confissão quanto à matéria de fato e não para as matérias de direito. C: opção incorreta, pois o art. 843 da CLT dispõe que na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes. D: opção correta, pois na questão estamos trabalhando como advogado da reclamada e por este motivo devemos defender seus interesses. Desta forma, os interesses da reclamada seriam melhores defendidos, se lançando em ata o protesto, consignando que, no processo do trabalho, a revelia decorre da ausência da parte ré à audiência (art. 843 da CLT), importando em confissão exclusivamente quanto à matéria de fato, devendo o juiz receber a defesa apresentada pelo advogado da parte ausente para o exame das questões de direito. GABARITO "D"

DIREITO PENAL

32. Jefferson, segurança da mais famosa rede de supermercados do Brasil, percebeu que João escondera em suas vestes três sabonetes, de valor aproximado de R\$ 12,00 (doze reais). Ao tentar sair do estabelecimento, entretanto, João é preso em flagrante delito pelo segurança, que chama a polícia.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Embora sua conduta constitua crime, João deverá ser absolvido, uma vez que a prisão em flagrante é nula, por ter sido realizada por um segurança particular.
- (B) A conduta de João não constitui crime, uma vez que o fato é materialmente atípico.
- (C) A conduta de João constitui crime, uma vez que se enquadra no artigo 155 do Código Penal, não estando presente nenhuma das causas de exclusão de ilicitude ou culpabilidade, razão pela qual este deverá ser condenado.
- (D) A conduta de João não constitui crime, uma vez que este agiu em estado de necessidade.

A: não há que se falar em nulidade da prisão em flagrante em razão de esta ter sido efetuada por pessoa não pertencente aos quadros das forças policiais. Com efeito, o art. 301 do CPP contempla duas modalidades de prisão em flagrante: *flagrante facultativo*, quando realizado por qualquer pessoa do povo; e *flagrante obrigatório* ou *compulsório*, quando realizado pela autoridade policial e seus agentes, já que aqui a lei lhes impõe o dever de prender quem quer que se encontre em situação de flagrante; B: assertiva correta, já que a conduta praticada por João, a despeito de se amoldar ao tipo penal do furto (tipicidade formal), à mingua de relevante ofensa ao bem jurídico tutelado (R\$ 12,00), é desprovida de relevância material, tipicidade material. É hipótese de incidência do princípio da insignificância (crime de bagatela), que constitui causa suprallegal de exclusão da tipicidade material; C: a conduta de João não constitui crime, porquanto ausente a tipicidade material; D: o furto de sabonetes, ainda que de valor irrelevante para o Direito Penal, não caracteriza estado de necessidade. Gabarito “B”

33. Acerca da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.

- (A) Na ocorrência de sucessão de leis penais no tempo, não será possível a aplicação da lei penal intermediária mesmo se ela configurar a lei mais favorável.
- (B) As leis penais temporárias e excepcionais são dotadas de ultra-atividade. Por tal motivo, são aplicáveis a qualquer delito, desde que seus resultados tenham ocorrido durante sua vigência.
- (C) O ordenamento jurídico-penal brasileiro prevê a combinação de leis sucessivas sempre que a fusão puder beneficiar o réu.
- (D) Se um funcionário público a serviço do Brasil na Itália praticar, naquele país, crime de corrupção passiva (art. 317 do Código Penal), ficará sujeito à lei penal brasileira em face do princípio da extraterritorialidade.

A: na sucessão de leis penais no tempo, é de rigor a incidência da lei intermediária mais benéfica; B: é verdade que as leis penais *temporárias* e *excepcionais* são ultra-ativas, isto é, mesmo depois de revogadas, atingirão os fatos verificados sob a sua égide. Para tanto, basta que a conduta (ação ou omissão) tenha sido perpetrada no período de vigência da lei, não sendo necessário que tal ocorra em relação ao resultado do crime;

C: o ordenamento jurídico-penal brasileiro não traz essa previsão; D: assertiva correta, nos termos do que dispõe o art. 7º, I, c, do CP. Gabarito “D”

34. Apolo foi ameaçado de morte por Hades, conhecido matador de aluguel. Tendo tido ciência, por fontes seguras, que Hades o mataria naquela noite e, com o intuito de defender-se, Apolo saiu de casa com uma faca no bolso de seu casaco. Naquela noite, ao encontrar Hades em uma rua vazia e escura e, vendo que este colocava a mão no bolso, Apolo precipita-se e, objetivando impedir o ataque que imaginava iminente, esfaqueia Hades, provocando-lhe as lesões corporais que desejava. Todavia, após o ocorrido, o próprio Hades contou a Apolo que não ia matá-lo, pois havia desistido de seu intento e, naquela noite, foi ao seu encontro justamente para dar-lhe a notícia. Nesse sentido, é correto afirmar que

(A) havia dolo na conduta de Apolo.

(B) mesmo sendo o erro inescusável, Apolo responde a título de dolo.

(C) mesmo sendo o erro escusável, Apolo não é isento de pena.

(D) Apolo não agiu em legítima defesa putativa.

A: proposição correta, pois age com dolo o sujeito que, na legítima defesa putativa, deseja lesionar ou matar aquele que supõe ser o seu agressor; B: o erro sempre afasta o dolo; subsistirá, porém, a culpa se houver previsão nesse sentido e o erro for inescusável; C: se o erro for escusável, Apolo, que agiu sob o manto da legítima defesa putativa, ficará isento de pena, em conformidade com o art. 20, § 1º, do CP; D: Apolo, ao imaginar situação que, se existisse, tornaria a ação legítima, incorreu em legítima defesa putativa – art. 20, § 1º, do CP. Gabarito “A”

35. Com relação aos critérios para substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, assinale a alternativa correta.

(A) Somente fará jus à substituição o réu que for condenado a pena não superior a 4 (quatro) anos.

(B) Se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

(C) A substituição nunca poderá ocorrer se o réu for reincidente em crime doloso.

(D) Em caso de descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos, esta será convertida em privativa de liberdade, reiniciando-se o cumprimento da integralidade da pena fixada em sentença.

A: a assertiva estaria correta se se referisse somente aos crimes dolosos. Sucede que *também* faz jus à substituição, além do condenado a pena não superior a 4 anos, aquele condenado por crime culposos, qualquer que seja a pena; B: proposição correta, nos termos do art. 44, § 2º, segunda parte, do CP; C: a substituição, neste caso, é, em regra, vedada – art. 44, II. Entretanto, poderá ela operar-se se estiverem presentes os requisitos a que alude o art. 44, § 3º, do CP, a saber: a substituição há de ser *socialmente recomendável*; e o réu não pode ter reincidido na prática do mesmo crime (reincidência específica); D: é verdade que o descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos acarreta a sua conversão em privativa de liberdade. Mas não é verdadeira a afirmação segundo a qual, neste caso, a pena fixada na sentença deve ser cumprida na íntegra. Em vista do disposto no art. 44, § 4º, do CP, “no cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de 30 dias de detenção ou reclusão”. GABARITO “B”

36. Em relação ao cálculo da pena, é correto afirmar que

- (A) a análise da reincidência precede à verificação dos maus antecedentes, e eventual acréscimo de pena com base na reincidência deve ser posterior à redução pela participação de menor importância.
- (B) é possível que o juiz, analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, fixe pena-base em patamar acima do máximo previsto.
- (C) é defeso ao juiz fixar a pena intermediária em patamar acima do máximo previsto, ainda que haja circunstância agravante a ser considerada.
- (D) o acréscimo de pena pela embriaguez preordenada deve se feito posteriormente à redução pela confissão espontânea.
-

A: os *maus antecedentes* fazem parte do rol do art. 59 do CP. Trata-se das chamadas *circunstâncias judiciais*. Devem, por isso, ser levados em conta na eleição do *quantum* da pena-base, que constitui a primeira etapa de fixação da pena. A *reincidência*, por sua vez, por se tratar de circunstância agravante (art. 61, I, CP), será analisada em momento posterior, na chamada segunda fase (fase intermediária). No mais, a redução de pena pela participação de menor importância – art. 29, § 1º, do CP – deve ser aplicada pelo magistrado na terceira e derradeira fase de fixação da pena, posterior, portanto, ao acréscimo decorrente da reincidência, operada na segunda fase de fixação da pena (circunstância agravante); B e C: na primeira e na segunda etapas de aplicação da pena, é defeso ao juiz fixá-la em patamar superior ou inferior ao estabelecido no preceito secundário do tipo penal incriminador. Já na terceira fase é possível fixar-se pena inferior à mínima ou superior à máxima; D: art. 67 do CP. GABARITO “C”

37. Tício praticou um crime de furto (art. 155 do Código Penal) no dia 10/01/2000, um crime de roubo (art. 157 do Código Penal) no dia 25/11/2001 e um crime de extorsão (art. 158 do Código Penal) no dia 30/5/2003. Tício foi condenado pelo crime de furto em 20/11/2001, e a sentença penal condenatória transitou definitivamente em julgado no dia 31/3/2002. Pelo crime de roubo, foi condenado em 30/01/2002, com sentença transitada em julgado definitivamente em 10/06/2003 e, pelo crime de extorsão, foi condenado em 20/8/2004, com sentença transitando definitivamente em julgado no dia 10/6/2006. Com base nos dados acima, bem como nos estudos acerca da reincidência e dos maus antecedentes, é correto afirmar que

- (A) nosso ordenamento jurídico-penal prevê como tempo máximo para configuração dos maus antecedentes o prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou extinção da pena e eventual infração posterior.
- (B) na sentença do crime de furto, Tício é considerado portador de maus antecedentes e, na sentença do crime de roubo, é considerado reincidente.
- (C) na sentença do crime de extorsão, Tício possui maus antecedentes em relação ao crime de roubo e é reincidente em relação ao crime de furto.
- (D) cinco anos após o trânsito em julgado definitivo da última condenação, Tício será considerado primário, mas os maus antecedentes persistem.
-

A: incorreta, pois a configuração dos *maus antecedentes* (art. 59, CP) não está condicionada a prazo algum. Tal se dá somente com a *reincidência* (art. 61, I, CP), que deixará de produzir efeitos depois de cinco anos do término do cumprimento ou extinção da pena (art. 64, I, do CP); B: incorreta, já que não poderia Tício, quando da sentença do crime de furto, ser portador de maus antecedentes porquanto nenhuma infração penal praticara antes disso, isto é, tanto o cometimento do roubo quanto o da extorsão foram posteriores; C: esta assertiva, em princípio, está correta, já que o trânsito em julgado da sentença penal condenatória do crime de furto (31/3/2002) é anterior à prática do crime de extorsão (30/5/2003), o que torna Tício reincidente. Quanto ao fato

de Tício, neste caso, ser portador de maus antecedentes, impende registrar que há, na doutrina, divergência. Se consideramos como critério a data em que foi prolatada a sentença no processo que apura o crime de extorsão, em vista do entendimento firmado na Súmula 444 do STJ, caracterizados estarão os maus antecedentes, já que o trânsito em julgado da sentença condenatória no crime de roubo se deu em data anterior. Agora, se consideramos como critério a data da prática do crime de extorsão, levando-se também em conta o preconizado na Súmula 444 do STJ, não haveria, neste caso, que se falar em maus antecedentes, na medida em que o cometimento do crime de extorsão é anterior ao trânsito em julgado da sentença condenatória do crime de roubo. Dito de outro modo, quando da prática do crime de extorsão, segundo este segundo critério, compartilhado por parte da doutrina, ainda não havia condenação definitiva em desfavor de Tício; D: a teor do art. 64, I, do CP, o termo inicial do prazo de cinco anos após o qual Tício será considerado novamente primário é a data do término do cumprimento ou extinção da pena. GABARITO “C”

DIREITO DO CONSUMIDOR

38. Para fins de aplicação do regime jurídico do CDC, é INCORRETO afirmar:

- (A) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
 - (B) Consumidor é somente a pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
 - (C) A coletividade de pessoa, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo, é consumidora.
 - (D) A pessoa física ou jurídica de direito público, que desenvolve atividade de produção, montagem e transformação de produtos ou prestação de serviços é fornecedora.
-

A: correta (art. 3º, § 2º, do CDC); B: incorreta, pois há outros consumidores equiparados, como a “coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo” (art. 2º, parágrafo único, do CDC), as “vítimas do evento”, ou seja, as vítimas de um acidente de consumo (art. 17 do CDC), e as “pessoas determináveis ou não, expostas às práticas” abusivas (art. 29 do CDC); C e D: corretas (art. 3º, *caput*, do CDC). Gabarito "B"

39. Acerca das *relações de consumo*, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Podem incluir entes despersonalizados.
 - (B) Podem ser fornecidas por instituições financeiras.
 - (C) Podem estabelecer-se mesmo na ausência de contrato celebrado entre consumidor e fornecedor.
 - (D) Estabelecem-se necessariamente entre um fornecedor e consumidores determinados ou, ao menos, determináveis.
-

A: Correta, pois há previsão expressa, nesse sentido, no conceito de fornecedor (art. 3º do CDC); B: Correta, pois é pacífico hoje que as instituições financeiras estão no conceito de *fornecedor* (art. 3º, *caput*, do CDC), como prestadoras de serviço (art. 3º, § 2º, do CDC); aliás, a Súmula 297 do STJ dispõe que “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”; C: Correta, pois há pessoas que, mesmo não tendo celebrado

contrato de consumo, são equiparadas a consumidores, recebendo a proteção do CDC, tais como a *pessoa que utiliza um bem de consumo*, mesmo não o tendo comprado (art. 2º, caput, do CDC), a *vitima de um acidente de consumo* (art. 17 do CDC) e *as pessoas expostas às práticas comerciais* (art. 29 do CDC), como as expostas a uma propaganda, por exemplo; D: Incorreta (devendo ser assinalada), pois o p. ún. do art. 2º do CDC equipara a consumidores “a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo”. Gabarito "D"

40. No âmbito do Código de Defesa do Consumidor, em relação ao princípio da boa-fé objetiva, é correto afirmar que

(A) importa em reconhecimento de um direito a cumprir em favor do titular passivo da obrigação.

(B) não se aplica à fase pré-contratual.

(C) para a caracterização de sua violação imprescindível se faz a análise do caráter volitivo das partes.

(D) sua aplicação se restringe aos contratos de consumo.

A: assertiva considerada correta pela examinadora; no entanto, a questão deveria ser anulada, pois essa alternativa também está incorreta; primeiro porque o princípio da boa-fé se aplica a ambos os contratantes, mesmo que um deles tenha mais obrigações que o outro, pois esse princípio tem por efeito criar deveres anexos a ambos os contratantes (Enunciado JDC/CJF nº 24); assim, não é só a favor do “titular passivo da obrigação” que se deve reconhecer direitos pela aplicação do princípio; segundo porque, mesmo que assim o fosse, o certo era que constasse a expressão “titular ativo da obrigação”, pois titular passivo é quem tem a obrigação, e não quem se favorece dela; terceiro porque está errado, tecnicamente, dizer que alguém tem um “direito a cumprir em favor” de outrem, sendo correto dizer que alguém tem um “dever a cumprir em favor” de outrem; enfim, a questão tem graves equívocos conceituais, que justificam a sua anulação; B: incorreta, pois o princípio da boa-fé se aplica a todas as fases que envolve o contrato (tratativas, celebração, execução, extinção e pós-extinção do contrato); C: incorreta, pois o princípio é da *boa-fé objetiva*, que é aquela extraída do contexto social; assim, pouco importa qual é o pensamento ou a intenção das partes, ficando caracterizada a violação ao princípio com a simples conduta que o juiz entender que viola os deveres de lealdade extraídos da ética social; D: incorreta, pois o Código Civil também estabelece o princípio da boa-fé objetiva (art. 422 do CC). GABARITO “A”